

CES-PB	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES/PB CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	128ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES-PB 20/12/2018
---------------	--	---

1 Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze
2 horas, deu-se por iniciada, na sala de reuniões do CES-PB, a centésima
3 vigésima oitava reunião extraordinária. Constatando a existência de quórum
4 legal, o presidente Antônio Eduardo Cunha deu início à reunião (sem informes,
5 pois é extraordinária), passando para o primeiro ponto de pauta, a Programação
6 Anual de Saúde da Secretaria de Saúde para o ano de dois mil e dezenove, e
7 passando a fala a Marcelo Mandu, que iniciou sua fala justificando a não
8 possibilidade da presença dos representantes da Secretaria na presente reunião
9 do Conselho. Ele explicou que isso se deu devido à demanda do Tribunal de
10 Contas, além de uma junto ao Ministério Público, ressalta a presença de toda a
11 equipe da Secretaria, de todas as áreas (Planejamento, GEVS, GERAVE,
12 Ouvidoria, NAR, Pessoa com deficiência), de todas as redes, para dirimir alguma
13 dúvida que, por ventura, surja. Em relação à PAS, comentou que a Programação
14 Anual nada mais é do que a anualização do que o presente Conselho já aprovou,
15 ou seja, de ações que estão no Plano Estadual dois mil e dezesseis a dois mil e
16 dezenove. Ele esclareceu também estar trazendo ao presente encontro ações
17 que não foram ainda realizadas para constar na Programação Anual de Saúde,
18 reforçando que todas as ações contidas na PAS são ações já aprovadas pelo
19 presente Conselho. Segundo ele, a PAS foi encaminhada no início do mês de
20 dezembro, tendo sido solicitada, ao presidente do Conselho, doutor Antônio
21 Eduardo, a possibilidade de já sugerir a pauta extra, por não ter havido tempo
22 hábil para as áreas técnicas realizarem a consolidação para encaminhamento à
23 última reunião ordinária deste Conselho, motivo pelo qual foi feita essa
24 solicitação, de modo que o próximo exercício tenha início já com a PAS dois mil
25 e dezenove aprovada. Ele finalizou sua fala, declarando que os técnicos
26 presentes estão à disposição para dirimir qualquer dúvida. O presidente retomou
27 a fala e comentou que a PAS foi encaminhada para todos os conselheiros, bem
28 como a prestação de contas do segundo quadrimestre de dois mil e dezoito e
29 deixou os conselheiros à vontade para o caso de haver algum reparo ou
30 necessidade de esclarecimento de alguma dúvida eventual. Em seguida, Pedro
31 Paulo perguntou sobre relatório: quando tem recurso federal, aplica-se; quando

32 não tem recurso federal, não se aplica. E mencionou que isso ocorre em quase
33 todos os itens, usando como exemplo o item referente às metas anuais sobre a
34 GOABS “realizar o Segundo Seminário Estado de Saúde; recurso: doze mil e
35 quinhentos; monitorar a avaliação e ações de programas de saúde da escola
36 “tal”– não se aplica”. Neste momento, Pedro Paulo questionou por que não se
37 aplica. Marcelo Mandu lhe respondeu que algumas ações são inerentes às
38 atribuições dos próprios servidores, de modo que há uma execução física, porém
39 não há uma execução financeira. Continuou explicando que, assim, quando não
40 há uma execução financeira, logicamente, não há uma aplicação para aquela
41 ação. Às vezes, as ações são executadas pelo próprio quadro de profissionais
42 ou de parceiros da própria Secretaria. Então, concluiu: quando não existe a
43 execução financeira, não se aplica um valor a ser executado naquela ação. Na
44 sequência, o conselheiro Marcelo, de posse da palavra, comentou que não teve
45 tempo hábil para analisar as cento e uma páginas do PAS, mas quis fazer alguns
46 comentários sobre o avanço que a Secretaria de Estado faz no sentido de que,
47 em relação a anos anteriores, o PAS, por exemplo, de dois mil e dezenove veio
48 para o Conselho quase no meio de dois mil e dezenove, ou seja, no ano já de
49 execução, o que gerava um prejuízo muito grande para a população. E ele
50 continuou seu raciocínio, comentando que, muitas vezes, isso não era um
51 problema da Secretaria, e sim do próprio Ministério da Saúde, que, muitas vezes,
52 demorava, dificultava, impunha uma série de condições, gerando preocupação
53 às gerências, no sentido da construção desse processo. Ele expressou, então,
54 sua alegria pelo fato de o PAS estar sendo discutido, desta vez (no presente
55 ano), em tempo hábil, como deve ser, representando, em sua opinião, um
56 avanço muito grande por parte do Ministério e da disposição das gerências no
57 sentido de construir isso em tempo hábil – tanto é que veio a este Conselho em
58 reunião extraordinária. Ele complementou que viu alguns números, mas o que
59 os representantes da FEPC analisaram que o PAS propriamente dito poderá ser
60 visto em dois mil e dezenove com a prestação de contas quadrimestral. Segundo
61 ele, a partir do primeiro relatório quadrimestral, já se poderá começar a debater
62 com mais propriedade, junto à Secretaria de Estado da Saúde, os números que
63 estão sendo propostos pela equipe da Secretaria de Estado da Saúde. O
64 presidente comentou, neste momento, que, com certeza, o PAS é uma proposta
65 de programação do que será desenvolvido pela Secretaria de Saúde no ano de

66 dois mil e dezenove. E continuou: são as metas, são as proposições a serem
67 atingidas. E, segundo ele, o Conselho terá propriedade de rever isso durante o
68 ano. O presidente comentou também o fato de ser esta a primeira vez em que
69 ocorre de essa programação ter sido apresentada no ano anterior – o que, para
70 ele, é um bom sinal. O conselheiro Marcelo retomou a fala e questionou acerca
71 da Política de Saúde do Homem nas divulgações nas quais – como Pedro Paulo
72 falou – “não se aplica”. Ainda acerca deste tema, ele colocou que o homem é
73 muito resistente, o que gera a necessidade de um trabalho de divulgação, de
74 apoio aos municípios, no sentido de haver uma amplitude voltando-se à
75 sensibilização ao homem na busca da prevenção. Diante disso, ele expôs sua
76 preocupação ao constatar que, no Plano, não consta nenhum recurso destinado
77 a essa ação. Ele, então, pergunta aos representantes da Secretaria a que se
78 deve isso. Também questiona se isso vai partir dos municípios, e a Secretaria
79 de Estado da Saúde apenas dará o apoio no aspecto do pessoal. Finalmente,
80 como foi que a Secretaria planejou e propôs essa ação para a Política de Saúde
81 do Homem na prevenção. Marcelo Mandu respondeu, primeiro, sobre a fala
82 anterior do conselheiro, ratificando que a preocupação da Secretaria de Estado
83 da Saúde é que esses instrumentos de gestão sejam encaminhados no exercício
84 anterior para aprovação e execução plena no exercício subsequente. Assim
85 ocorreu de dois mil e dezessete para dois mil e dezoito, tendo, no entanto, o
86 Conselho condições de aprovar somente no exercício de dois mil e dezoito. Este
87 ano, pela primeira vez, existe a possibilidade de este Conselho apreciar e
88 aprovar a PAS já dentro do exercício dois mil e dezoito que será executada em
89 dois mil e dezenove. Com relação a algumas políticas do Sistema Único de
90 Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde tem mais a função de coordenar essa
91 política, de induzir, de acompanhar a implementação dessas políticas que,
92 muitas vezes, são executadas pelos municípios. Ele complementou,
93 esclarecendo que a execução financeira não se aplica em algumas ações porque
94 ela é uma ação de execução do município. Quanto a outras, a questão é que
95 elas são ações executadas pelo próprio corpo técnico da Secretaria, por isso que
96 ela tem uma execução física, mas não tem uma execução financeira. O
97 conselheiro Pedro Paulo expôs mais uma dúvida, acerca do trecho “executar
98 projeto de criação de Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS)
99 referente ao PMEPS da macrorregião de saúde. Quatro NEPS. Valor: duzentos

100 e sessenta mil”. Ele expressou não se lembrar da passagem desse projeto pelo
101 Conselho. Marcelo Mandu respondeu que, quanto aos Núcleos de Educação
102 Permanente, a Política de Educação Permanente está sendo discutida.
103 Mencionou também acerca do Conselho Bipartite e a participação deste
104 Conselho na formação dessa composição, que poderia esclarecer melhor tal
105 política. Pedro Paulo ainda questionou se será necessário que isso passe por
106 um projeto, e isto foi confirmado para ele: deverá, sim, haver um projeto. Na
107 sequência, a Conselheira Joana começou sua análise acerca da política de
108 saúde pública na rede hospitalar, que significa nível de alta complexidade. Ela
109 falou que a maioria dos serviços do Estado foi entregue à rede privada, e tal
110 situação não passou neste Conselho, não tendo sido, portanto, aprovado pelo
111 mesmo e expressou uma preocupação muito grande porque há uma lei, a Lei
112 Complementar cento e quarenta e um, de dois mil e doze, que responsabiliza o
113 Controle Social e expressou seu desejo que sua fala constasse na presente ata,
114 afirmando que não foi aprovado e que ela, representando o Sindicato de
115 Odontologia, não viu isso e viu, nas páginas policiais da semana corrente, algo
116 muito sério em relação a desvios de verbas de fiscalização da saúde do Estado.
117 Contou também ter conversado com o presidente que não chega ninguém da
118 Secretaria de Saúde para conversar com o Conselho sobre esse processo de
119 investigação, o que é isso, como se deu, por quê. E continuou afirmando que a
120 pactuação com essas empresas também não passou no Conselho expressando
121 sua preocupação porque o Conselho está aqui não para esbarrar nas posições
122 que o governo toma, mas não pode ser conivente numa coisa da qual não tomou
123 conhecimento. Joana declarou a vontade de que a Secretaria traga para este
124 Conselho o que está acontecendo, a posição real desta Secretaria, para que,
125 depois, não haja punição porque o Conselho não está cumprindo o seu papel.
126 Quanto à questão da saúde do homem, ela expressou tristeza ao ver que os
127 homens não buscam os serviços de saúde, e, quando se lança uma política de
128 saúde para ele, os recursos são mínimos, quando o nível de adoecimento deles
129 é maior, pois o homem bebe mais, tem mais doenças sexualmente
130 transmissíveis e uma série de fatores. E continuou dizendo que surgiu essa
131 política de membros deste e não entende como isto não se aplica quando o SUS
132 é tripartite, e, em todas as ações, mesmo desempenhadas pelo município, o
133 Estado tem que estar presente – se não com recursos, mas com fiscalização. E

134 seguiu afirmando que se trata de atenção básica. Se é responsabilidade do
135 município e ele não fizer, vai cair na responsabilidade do Estado porque ela deixa
136 de ser uma doença primária, uma patologia simples para o agravamento de uma
137 patologia de alta complexidade, que é responsabilidade do Estado porque lá o
138 município não cumpriu o seu papel. Joana ainda comentou que o Sindicato de
139 Odontologia recebeu, diariamente, pedido de socorro dos paraibanos acerca dos
140 atendimentos neste segmento. E ela questionou onde estão os serviços de
141 saúde de odontologia e apontou o item em que se diz: “fiscalizar, verificar a
142 questão dos CEOS”, quando a maioria dos municípios não tem um só
143 especialista no serviço público na área de odontologia, e isso ela afirmou que
144 prova. Deu continuidade à sua fala, informando que, no Brasil, há cinco mil
145 quinhentos e setenta municípios e somente mil CEOS. Informou também que
146 assumiu como titular no Conselho Nacional de Saúde e vai cobrar e ser porta-
147 voz do Estado dela, complementando que o mandato não é dela, e sim do Estado
148 da Paraíba e da entidade dela. Finalizando sua fala, ela questionou qual é o
149 investimento financeiro real que o Estado da Paraíba tem para o setor de saúde
150 bucal. Também afirmou querer que a Secretaria de Saúde traga as questões
151 para este Conselho porque, segundo ela, se a Polícia Federal perguntar alguma
152 coisa ao Conselho, ninguém vai saber responder nada porque ninguém sabe de
153 nada, já que não passaram por aqui – mas é obrigação passar. Questionou,
154 ainda, sobre essa fiscalização que está havendo, qual é a resposta do Estado e,
155 se ele tem culpa ou não, ela pergunta qual é a defesa que ele faz. Ela considerou
156 importante que o Conselho soubesse porque ele é o controle social do Estado.
157 Chegam denúncias do Hospital de Patos, de hospital psiquiátrico, de Trauma, de
158 todo canto, e o Conselho precisa saber. Lá está sendo gerenciado pela rede
159 privada, é a entrega do patrimônio público para ser gerenciado pela turma do
160 lucro, e saúde não é mercadoria. Lutou-se a vida toda para ter um sistema único,
161 universal, integral e de qualidade, e o Estado da Paraíba entregou à rede privada
162 o gerenciamento, como se os servidores públicos não tivessem competência
163 para gerenciar um hospital público. Neste momento, Pedro Paulo comentou que
164 a ASSENDICON (Associação de Educação e Defesa dos Direitos da Cidadania
165 do Consumidor) também se isenta dessa responsabilidade, mencionando que a
166 ASSENDICON, em momento algum, é conivente. Declarou que não votou e não
167 votará jamais e é defensor do Sistema Único de Saúde gratuito e de qualidade

168 e disse, ainda, que até questionou, na LOA, por que o Hospital de Trauma de
169 Campina Grande, que é gerido pelo Estado e recebe, anualmente, sessenta
170 milhões de reais e faz o mesmo serviço de Trauma, com uma demanda maior
171 (mas acredita que com pouca diferença), enquanto o Trauma de João Pessoa,
172 que é gerido por uma entidade não governamental, recebe um orçamento de
173 cento e quarenta milhões – quase o dobro do valor do Trauma de Campina
174 Grande (gerido pelo Estado). Ele reforçou (e frisou seu desejo de que sua fala
175 constasse em ata) que a ASSENDICON se exime da responsabilidade porque
176 não votou nem votaria jamais. Complementou que há hospital gerido pelas
177 OSCIPs que têm investimento de quarenta milhões, enquanto regionais, que são
178 geridos pelo Estado, recebem abaixo de nove milhões, doze milhões e
179 questionou o porquê disso, complementando que municípios com populações
180 maiores recebem menos recursos, e municípios com populações menores
181 recebem mais recursos. O conselheiro Pedro Paulo finalizou, lamentando que a
182 pessoa que estava lá no momento não pôde explicar-lhe, de modo que ele
183 mandou que constasse em ata esta fala dele, voltando a colocar que, além de
184 conselheiro ser um serviço de relevância pública, o Conselho não é remunerado,
185 está aqui representando a sociedade e, para isso, é preciso que se esteja
186 documentado e seguro do que está sendo feito. Ainda mencionou que a lei um
187 quatro um mudou bastante a vida dos Conselhos Estaduais, tanto municipal
188 como federal, que penaliza o agente e afirmou, ainda, que jamais vai ser omissor
189 e sempre colocou no Conselho que se tentasse colocar em prática o nosso
190 controle social porque essa é a nossa função. Portanto, o conselheiro reforçou
191 que a ASSENDICON se exime de qualquer responsabilidade em termos civil e
192 criminal porque não participa jamais dessas situações e vota contra, sempre
193 tomando uma posição e sendo a sua posição sempre de coerência: quando está
194 correto, é favorável; e, quando não está correto, pede-se esclarecimento até que
195 se tire a dúvida até que se tenha um voto. Pedro Paulo agradeceu ao presidente
196 pela oportunidade da fala e reiterou seu desejo de que o que ele falou constasse
197 em ata. O presidente, na sequência, informou que se está analisando a
198 programação de ação de saúde, sugerindo que esses questionamentos podem
199 ser pautados para uma reunião ordinária no começo do próximo ano, para se
200 discutir e fazer solicitações, mencionando que será um próximo governo, mas
201 será Governo da Paraíba. Quanto a esse questionamento específico, ele

202 compreende que o Conselho pode solicitar esclarecimento da Secretaria, pois o
203 Governo do Estado da Paraíba continua. Neste momento, doutora Joana
204 informou que solicitou do presidente do Conselho (e, embora saiba que o
205 Conselho não está votando isso, gostaria que aprovasse a solicitação dela) que
206 a Secretaria enviasse para o Conselho os esclarecimentos porque fica difícil lá
207 fora, uma vez que o povo sabe que os presentes são pessoas do Conselho
208 Estadual de Saúde, e as notícias estão nas manchetes. No entanto, ela não pode
209 nem defender o Estado, pois não sabe de nada. O presidente acatou a
210 solicitação de doutora Joana e decidiu pautar essa questão para a próxima
211 reunião. Na sequência, passou a palavra a Marcelo, que justificou suas várias
212 inscrições, mas o motivo é que são pontos que vão sendo lembrados, levando a
213 arguições, para que possa haver os esclarecimentos, diante de uma
214 necessidade popular. Ele exemplificou, mencionando, em nível nacional, do
215 próprio Ministério da Saúde, a questão de desmonte de algumas políticas e
216 ações de saúde, não sendo, por exemplo, diferente (e acrescentou que
217 Francisco Carlos sabe do que ele está para falar) no que diz respeito à política
218 de saúde mental. Colocou também, dirigindo-se ao representante do Ministério
219 da Saúde, que se sabe que o Ministério monta o desmonte dessa política, de
220 modo que os Estados e municípios precisam adequar-se a esse desmonte por
221 parte dele, para poder atender a uma demanda imposta por ele mesmo. Dando
222 continuidade, o conselheiro expressou sua preocupação mencionando, no PAS,
223 no Núcleo de Saúde Mental, o incentivo ao paciente de longa permanência para
224 que ele vá para casa, motivo de preocupação para Marcelo, uma vez que se
225 sabe que o doente mental é um paciente especial. E acrescentou que, muitas
226 vezes, a família desse paciente não tem o domínio, o controle que uma equipe
227 preparada tem. No entanto, no PAS, consta esse incentivo. Diante disso, Marcelo
228 questionou como vai ser trabalhado esse incentivo junto aos familiares, no
229 sentido de pegar esse paciente para que se trabalhe essa permanência dele em
230 casa. Passando para outro ponto, o conselheiro informou que sempre foi doador
231 de sangue e, como tal, sempre está no Hemocentro e é um dos apoiadores
232 assíduos. Ele contou que, quando vê, no Hemocentro, reformas, compras de
233 equipamentos, fica ansioso porque ele quer, realmente, que a sociedade ganhe
234 com isso. Assim, ele solicitou saber como a Secretaria do Estado vê essa
235 questão da precariedade encontrada num tema tão importante. Marcelo finalizou

236 sua fala, referindo-se à AIDS, à hepatite, comentando que uma outra questão é
237 que esse Conselho, a partir da próxima reunião ordinária, junto à Secretaria de
238 Estado da Saúde, se debruce sobre o tema, mesmo se tratando da continuidade
239 do governo, porque isso está crescendo dentro do Estado da Paraíba. Segundo
240 ele, não se tem visto o próprio Ministério da Saúde fazer investimento para a
241 educação no que diz respeito à AIDS, colocando que houve um comodismo por
242 parte do Ministério, o que é muito preocupante, pois os números estão
243 aumentando em populações de idosos e de jovens novamente. Então, de acordo
244 com o conselheiro, os números vistos dentro do PAS são insuficientes. Claro
245 que, dentro do orçamento que foi aprovado por este Conselho com algumas
246 ressalvas, vê-se que a Secretaria tentou adequar os números. Finalizando, ele
247 sugeriu que se dessem as mãos junto à Secretaria de Estado da Saúde, de modo
248 que se force o Ministério a, junto às secretarias de saúde estaduais e municipais,
249 fazer voltarem as campanhas, que não podem morrer. Ele ainda analisou que as
250 campanhas sofreram uma redução bastante significativa, e a população acaba
251 deixando de perceber e acaba voltando a uma rotina como se os remédios de
252 combate curam, e a doença não mata mais. Esse relaxamento das pessoas é
253 um motivo de preocupação para o conselheiro Marcelo. Por último, ele perguntou
254 o que é elastografia, um equipamento para o qual há, no PAS, uma proposta de
255 aquisição. Em resposta, Marcelo Mandu falou que, em relação à PAS, o que foi
256 colocado lá é apenas o que está analisado para dois mil e dezenove, já tendo
257 sido aprovado neste Conselho. Com relação às políticas, quando há a
258 informação “não se aplica”, isso não está colocado como sendo uma exclusão
259 da Secretaria no desenvolvimento daquela ação. Apenas não haverá, para
260 aquela ação, a utilização de recurso financeiro, porém haverá recursos
261 humanos, conhecimento, as equipes das gerências, apoio institucional, fazendo
262 todo um leque de ações programadas nos territórios. Ele mencionou que existe
263 a hierarquização com relação aos serviços e desenvolvimento de ações, tendo
264 que haver compreensão dessa situação. Com relação à PAS, ele afirmou que o
265 documento está muito transparente. No tocante às OS, ele declarou ser
266 importante que fique bem clara que é uma investigação e quem está sendo
267 investigado não é a Secretaria de Saúde do Estado nem o Governo do Estado,
268 e sim a Cruz Vermelha, a empresa que foi contratada pela Secretaria de Saúde,
269 e a fala do governador foi muito transparente e muito clara: assim que for

270 apresentada qualquer coisa, será o primeiro a adotar as providências legais com
271 relação a sanar qualquer mal que, porventura, tenha sido comprovado ou que
272 venha a ser após a investigação. Também declarou que, até agora, nenhuma
273 denúncia efetiva com relação ao contrato da Secretaria com a OS chegou à
274 Secretaria nem ao Governo. No tange à aprovação, como não se trata de um
275 ponto de pauta e como ele não é o representante legal, neste Conselho, da
276 Secretaria (tendo vindo apenas como Gerente de Planejamento), ele sugeriu
277 que, a qualquer momento, este Conselho solicite isso como ponto de pauta, para
278 que a equipe venha aqui fazer todos os esclarecimentos de que este Conselho
279 necessite. Quanto às campanhas e às políticas citadas na presente reunião, ele
280 afirmou que é possível ver, em mídias sociais, que a Secretaria tem realizado
281 ações e divulgado campanhas, em parceria com as secretarias municipais de
282 saúde e com o COSEMS, que representa as secretarias de saúde. Para finalizar,
283 ele mencionou que compreende todos os pontos que o Conselho colocou como
284 sendo prioritários e que precisam ser esclarecidos, mas não é oportuno avançar
285 porque não se trata de um ponto de pauta, mas colocou a Secretaria disponível,
286 a qualquer momento, disponível para se fazer presente, a fim de dirimir qualquer
287 outra dúvida. Neste momento, o conselheiro Pedro Paulo verbalizou uma dúvida
288 sobre realização de pesquisa sobre tecnologia e diagnóstica baseada em
289 microns para detecções precoces de doenças crônicas relacionadas a
290 agrotóxicos, uma ação colaborativa com os trabalhadores. Na sequência, a
291 conselheira Celeida esclareceu que o CEREST vem trabalhando, ao longo de
292 todos esses anos, com ações voltadas com essas instituições. Tanto de
293 representação de instituições por parte do Tribunal Regional do Trabalho,
294 Ministério do Trabalho, Universidade Federal da Paraíba, FETAG, CREA, no
295 sentido de pensar ações voltadas a avaliar a saúde do trabalhador de diversas
296 áreas, principalmente da engenharia civil, onde há os maiores entraves na saúde
297 dos trabalhadores e onde ocorrem acidentes de trabalho. Assim, essa pesquisa
298 vem com o propósito de identificar riscos precocemente. O conselheiro Marcelo,
299 novamente, de posse da fala, pediu para fazer uma rápida menção a dois pontos.
300 Primeiro, quanto à doação de materiais, entre outros, para as ONGs. Ele
301 comentou que, à época, identificou-se que o nome já era colocado indicando,
302 direcionando as ONGs que preenchiam aqueles itens. Marcelo percebeu que,
303 após recomendação do Conselho, isso foi retirado – o que ele considerou

304 importante, pois, se não há um direcionamento, há uma amplitude das demais,
305 podendo participar da contemplação desses itens. Quanto ao segundo ponto,
306 ele se dirigiu a Marcelo Mandu e falou que, ao dirigir-se a este, refere-se a todas
307 as gerências da Secretaria de Saúde no sentido de uma preocupação não
308 somente dele, mas do Conselho, quanto ao fato de a Secretaria elaborar,
309 construir, aprovar e executar. Mas ele afirmou haver uma preocupação em
310 relação aos municípios, pois muitos deles não cumpriram suas metas, não
311 fizeram seu dever de casa. A Secretaria de Estado da Saúde fez o seu papel.
312 Mas os municípios, por “n” situações que não se conhecem não cumpriram sua
313 parte. E o povo foi prejudicado. A sociedade, o usuário, o trabalhador. Então, ele
314 fez um apelo a Marcelo Mandu, estendendo a todas as gerências, no sentido de
315 como o Conselho poderá ajudar esses municípios a cumprirem seu papel junto
316 à Secretaria de Estado da Saúde, para que haja, de fato, verdadeiramente, um
317 monitoramento mais exigente, mais eficaz, a fim de que os municípios
318 respondam àquilo que está sendo proposto. Ele colocou que sabe dos esforços
319 das gerências, mas pediu mais empenho. E lembrou que, muitas vezes, os
320 técnicos nesses municípios são técnicos de indicação política que não têm
321 conhecimento absolutamente nenhum. Desejou, ainda, que tantas capacitações
322 que se veem no PAS tragam, de fato, resultados nesses municípios onde se
323 colocam pessoas que, muitas vezes, não têm compromisso com a população
324 dessa cidade. O presidente passou a palavra ao Conselheiro Elias, que, ao
325 cumprimentar o Conselho, disse representar o usuário de coagulopatia, ligado
326 ao Hemocentro. E iniciou afirmando que viu no PAS poucas ações previstas para
327 dois mil e dezenove com relação à ampliação da localização física e da
328 hemorrede, que é muito precarizada. Ele explicou que, no Hemocentro, há
329 problema muito grave de acolhimento, que tem a ver com a questão de espaço.
330 Também informou que está havendo uma ampliação lá, mas não sabe para que
331 isso está sendo destinado, se é para um pronto atendimento, necessário para os
332 hemofílicos e, principalmente, para pacientes de urgência. Há uma rotatividade
333 muito grande, e eles terminam não indo, o que agrava o quadro. Não por causa
334 da equipe (que é muito devotada), mas sim por causa do espaço. Os associados
335 reclamam muito, por exemplo, do estacionamento: não há um estacionamento
336 próprio para os hemofílicos, que são pacientes frequentes. Os hemofílicos são
337 também pacientes de urgência, por isso é necessário haver um pronto

338 atendimento. Isso tanto no que se refere ao Hemocentro central, o de João
339 Pessoa, quanto no que se refere a outras unidades, como a de Campina Grande,
340 por exemplo, e a hemorrede toda. Marcelo Mandu, em resposta às colocações
341 do conselheiro Elias, explicou que, no tocante à estrutura física do Hemocentro,
342 atualmente, existem três contratos de repasse com a Caixa Econômica, que é
343 um convênio com a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde, três
344 contratos de repasse acompanhados pela Caixa Econômica, consistindo em três
345 obras sendo executadas lá, de ampliação física: uma com relação à parte
346 administrativa, o que vai desafogar esta parte, mas também gerar outros
347 espaços dentro do Hemocentro. São três contratos, três interferências propostas
348 desde dois mil e onze, dois mil e doze, mas que, por questões burocráticas, só
349 puderam ser iniciadas este ano, tendo continuidade no próximo governo. No que
350 tange ao estacionamento, sabe-se que isso é ali um problema geral, mas falou
351 que levará tal preocupação para a direção do hospital, pois ele não tem
352 informação sobre isso, se a divisão do espaço foi feita para os usuários ou para
353 os profissionais de lá. Ele continuou sua explanação, informando que já há várias
354 outras propostas aprovadas pela política e pelo Ministério da Saúde com relação
355 à modernização e à aquisição de equipamentos, tanto para o Hemocentro da
356 Paraíba de João Pessoa, como também para a hemorrede estadual. Ele
357 comunicou, no entanto, que ainda não houve a liberação do recurso para isso.
358 Dando continuidade, o presidente realizou a votação quanto ao Plano, que foi
359 aprovado por unanimidade. Em seguida, colocou em votação também a
360 prestação de contas do segundo quadrimestre, que também foi aprovado por
361 unanimidade. Marcelo Mandu agradeceu a todos e despediu-se para dirigir-se a
362 uma outra atividade. O presidente mencionou que o segundo assunto seria
363 demandas do Conselho Municipal de Saúde de Bayeux, mas explicou que doutor
364 Edvan, que era secretário de saúde de Bayeux, havia solicitado para o Conselho
365 incluir na pauta o RAG de dois mil e dezesseis e o Plano Municipal de Saúde,
366 que Bayeux é o único município do Estado da Paraíba que não tem plano de
367 saúde. Ele ficou de mandar a documentação, mas, no dia anterior à presente
368 reunião, informou ao presidente Antônio Eduardo que havia pedido seu
369 desligamento da Secretaria de Saúde de Bayeux. Neste momento, Joana
370 comentou que, mediante sentença judicial, um novo prefeito tomou posse no
371 citado município, o prefeito eleito assumiu o cargo. Mas doutor Eduardo lembrou

372 que o Conselho foi convocado pela promotora de Bayeux para esclarecer o que
373 estava acontecendo com o Conselho de lá. O presidente informou que foi à
374 reunião e explicou que o Conselho de Bayeux estava sob intervenção e que a
375 função do Conselho tinha se encerrado na hora em que apresentou as sugestões
376 para mudança na lei – porque o problema do Conselho Municipal de Bayeux era
377 a lei. No entanto, não se deu sequência devido à rotatividade de secretários, e a
378 prefeitura mandou equivocadamente para a Câmara, e esta não devolveu. O
379 presidente comentou que isso é problema da administração. Ela disse que ia
380 acionar o promotor, para que ele corresse e pediu prorrogação ao presidente
381 Antônio Eduardo, o que este fez *ad referendum*, prorrogando até que os novos
382 conselheiros municipais fossem empossados. Doutor Eduardo comentou que o
383 Conselho Estadual está dependendo deles, para que o edital possa ser feito e
384 convocar as entidades para participar do novo Conselho, e o mencionado edital
385 só pode ser feito com essa lei aprovada, de modo que a função do Conselho
386 Estadual sobre esse aspecto acabou. De posse da fala, o conselheiro Marcelo
387 comentou que a cidade de Bayeux e Cabedelo passam por uma situação muito
388 delicada, uma situação que, segundo ele, está longe de acabar, como é do
389 conhecimento de todos. Ele contou que, inclusive, ouviu no rádio que a Câmara
390 de Bayeux pode, provavelmente, entregar seu relatório para se pautar a
391 cassação ou não do prefeito que retornou. Marcelo comentou que colocou isso
392 para mostrar, ainda assim, uma preocupação muito grande em relação aos
393 rumos da cidade de Bayeux no tocante à saúde pública. Comentou ainda que os
394 presentes devem saber que Santa Rita foi impraticável durante os quatro anos
395 em que houve aquele problema lá. E não será diferente no município de Bayeux,
396 enquanto o de Cabedelo parece tomar rumo porque o prefeito renunciou, e
397 haverá novas eleições. Em Bayeux, atipicamente, segundo Marcelo, ninguém
398 quer ter a humildade de renunciar. Ele analisou que o Conselho Estadual de
399 saúde está vendo tudo isso acontecer e fez uma leitura da Lei Federal oito mil
400 cento e quarenta e dois, de mil novecentos e noventa, que diz o seguinte no seu
401 Artigo Quarto: “Art. 4º Para receberem os recursos, de que trata o art. 3º desta
402 lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com: I - Fundo
403 de Saúde; II - Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o
404 Decreto número noventa e nove mil quatrocentos e trinta e oito, de sete de
405 agosto de mil novecentos e noventa; III - plano de saúde; IV - relatórios de

406 gestão que permitam o controle de que trata o § 4º do art. Trinta e três da Lei
407 número oito mil e oitenta, de dezenove de setembro de mil novecentos e
408 noventa; V - contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento; VI
409 - Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS),
410 previsto o prazo de dois anos para sua implantação. Parágrafo único. O não
411 atendimento pelos Municípios, ou pelos Estados, ou pelo Distrito Federal, dos
412 requisitos estabelecidos neste artigo, implicará em que os recursos
413 concernentes sejam administrados, respectivamente, pelos Estados ou pela
414 União”. E Marcelo, continuando, perguntou o que significa isso. O presidente
415 explicou que significa que essa lei nunca foi efetivamente aplicada, e o Ministério
416 nunca cortou recursos de absolutamente ninguém. Marcelo respondeu e afirmou
417 concordar plenamente com o presidente. No entanto, para ele, este Conselho
418 Estadual de Saúde não pode ser omissivo ou conivente. Diante disso, o
419 conselheiro fez um encaminhamento no sentido de que este Conselho
420 encaminhe este artigo da lei ao Ministério Público Federal e o Ministério Público
421 Estadual, para que se tomem as providências cabíveis porque este Conselho
422 não pode enxergar a população do município de Bayeux sofrendo. Os presentes,
423 enquanto conselheiros estaduais de saúde, têm o compromisso e a
424 responsabilidade para com aqueles munícipes daquela cidade que estão
425 sofrendo com interdições, com fechamentos, com falta disso, falta daquilo.
426 Diante disso, ele fez o encaminhamento é que o Estado passe a gerenciar os
427 recursos até que o imbróglio seja desmanchado. Ele analisou que, se o Ministério
428 vai cumprir ou não, o Conselho cumpriu o seu papel, a prerrogativa que lhe é
429 atribuída. Retomando seu raciocínio, Marcelo reitera que o encaminhamento
430 dele é para que o Conselho aprove a solicitação da intervenção na saúde, para
431 que os recursos da saúde sejam gerenciados pelo Estado, porque não se pode
432 assistir ao prejuízo que a população da cidade de Bayeux está sofrendo. O
433 presidente retomou a fala e informou que a promotora que fez a solicitação ao
434 Conselho foi informada de que Bayeux não tem plano de saúde, não tem RAG
435 aprovada, não apresentou nenhuma quadrimestral, e ela ficou de tomar as
436 providências junto à Procuradoria. Doutor Eduardo disse a Marcelo que a
437 solicitação deste é mais do que justa, porém a considera inócu, pois está
438 havendo uma mudança de Ministério, de Governo Federal, sugerindo que se
439 faça uma avaliação em janeiro, caso nenhuma providência seja tomada daqui

440 para lá. O conselheiro Pedro Paulo considerou pertinente a colocação de
441 Marcelo porque quem está sofrendo com tudo isso é o usuário. Segundo ele,
442 existe uma portaria segundo a qual o recurso é suspenso, mas o presidente o
443 corrigiu, afirmando se tratar de lei, não de portaria. Pedro Paulo, replicando,
444 reitera que se refere a um documento que suspende o financiamento. Ele
445 comentou que a população e trabalhadores de Bayeux não aguentam mais e
446 lembrou ter visto na imprensa a interdição do hospital de lá pelo Conselho
447 Regional de Medicina. A partir daí, várias são as consequências porque a
448 demanda advinda disso está migrando para João Pessoa, para Santa Rita, e na
449 condição de Controle Social, é necessário fazê-lo valer. Pedro Paulo continuou
450 afirmando que, se a lei nos garante que tem que haver uma intervenção dos
451 recursos, transferindo-os para um gestor maior, no caso, se é município, tem que
452 ser com o Estado. Ele alegou que o Conselho tem autonomia, sim, e tem que
453 começar a exercer sua função de controle social porque, segundo ele, não se
454 pode ficar vendo a população sendo penalizada. E continuou dizendo que, se
455 acontecer em Bayeux, o Conselho vai tomar a mesma atitude, pois era para ter
456 sido cumprido em mil novecentos e noventa e dois, acrescentando, ainda, que é
457 favorável à votação sugerida. O presidente passou a palavra à conselheira
458 Wanda, que afirmou que Bayeux não tem um hospital, e sim um faz-de-conta,
459 um materno infantil que é só a parte obstétrica, que vive mais interditado do que
460 aberto. Ela acrescentou que a promotora de Bayeux tem conhecimento de tudo
461 isso e disse também já ter se sentado com ela várias vezes, assim como com
462 todos os ex-conselheiros, mas nada foi feito. A conselheira contou, ainda, que
463 Edvan não colocou o conselho para funcionar porque não quis (mas teve tempo)
464 e disse também que levou para ele a lei, e ele não fez. Eles acham que o
465 Conselho Estadual não vale nada, eles fazem o que querem. Bayeux está sem
466 conselho desde outubro ou novembro de dois mil e dezessete – na verdade, em
467 dois mil e dezessete, já não existia mais conselho. Wanda continuou declarando
468 que levou essa lei para todos os secretários que passaram por lá. Levou também
469 não sabe quantas vezes para a promotora, levou para o prefeito, levou para o
470 Procurador do município – o fato é que não querem fazer, não têm compromisso,
471 não têm responsabilidade com o dinheiro público e com a população do
472 município – a verdade de Bayeux é esta, segundo a conselheira. Ela mesma
473 morou durante vinte e um anos em Bayeux e vê que hoje ela está em total

474 abandono e desprezo – não é cidade, virou um chiqueiro, não tem coleta de lixo,
475 não tem mais nada, está um caos. Segundo ela, ou se toma uma medida drástica
476 com relação ao Conselho Municipal de Bayeux, ou deixa como está, ou procura
477 o Ministério Público Federal, uma vez que se trata de recursos oriundos do
478 Ministério da Saúde, recursos federais. Para ela, tudo isso mostrou o desrespeito
479 deles com relação ao Conselho Estadual de Saúde e não temem a nada, virou
480 uma casa de Mãe Joana. Ela vê que o Judiciário está fazendo corpo mole em
481 relação ao município de Bayeux, pois não sabe que tanto prazo é esse, que tanta
482 oportunidade é essa que está sendo dada a Bayeux para que lá se faça tudo ao
483 bel-prazer deles. Ela lembrou de um problema que teve no passado com o
484 Conselho de Bayeux e, por isso, não quer mais intervir, só se for algo judicial e
485 que a Justiça obrigue a fazer eleição. Continuou informando que se pode fazer
486 uma eleição seguindo a quatro cinco três, depois faz-se a lei e aprova. Informou,
487 ainda, que esteve com um advogado, e ele lhe disse que pode fazer a eleição, é
488 só seguir a quatro cinco três. Concluindo, o entendimento dela é que, se eles
489 quisessem fazer, já teriam feito um novo conselho. Dando sequência, o
490 presidente passou a palavra à Conselheira Lêda, que cumprimentou a todos e
491 acrescentou alguns comentários ao que já foi dito. Iniciou dizendo que, quanto
492 ao tema da discussão, o próprio Ministério Público não tem interesse de fazer e
493 que ninguém conhece a cidade de Bayeux do que ela mesma, que trabalha lá
494 há mais de trinta anos. Segundo ela, ali é o seguinte: tudo se sabe. A promotora
495 sabe de tudo, está tudo documentado. A conselheira comentou acerca da boa
496 vontade dos membros do Conselho que foram até lá várias vezes, e ninguém
497 resolve. Isso deixa os presentes indignados enquanto conselheiros e
498 conscientes da importância dele, mas as próprias autoridades não querem
499 entender isso, tratando o Conselho como se ele não fosse nada. Eles falam que
500 vão resolver, mas não resolvem. Segundo ela, o secretário de saúde saiu, e
501 entrou Fátima Amorim, e já temos nova secretária, tendo tomado posse na
502 presente data. A conselheira comentou que todos estão em rebuliço, a maioria
503 dos funcionários é de serviços prestados, sem direito nenhum (porque direito
504 tem, uma vez que se trata de um trabalhador), mas os governantes não dão esse
505 direito, de modo que os funcionários saem com uma mão na frente e outra atrás.
506 Ela contou que, há pouco, falou com duas colegas que choravam porque só
507 tinham aquele emprego e foram exoneradas, como foram também todos os

508 prestadores de serviço e cargos comissionados. A conselheira informou, ainda,
509 acerca do décimo terceiro (que é um direito) e da data-limite, que é a presente
510 data, no entanto, não se tem notícia desse pagamento, além da situação dos
511 prestadores de serviço que nem novembro receberam ainda. Ela comentou que
512 isso é uma falta de vontade. Doutora Lêda informou que obteve informação de
513 que estava tudo certo, havia muito dinheiro. Ela continuou que o financeiro da
514 administração e o Conselho falaram com a Secretária, para ela pagar desde a
515 última segunda-feira, mas ela disse que não, que a ordem era ir até o limite. A
516 conselheira lembrou que a Secretária saiu na data anterior à presente reunião
517 e comentou que existe a senha, complementando que são quinze dias para fazer
518 nova senha, de modo que se ficará sem receber décimo terceiro, sem receber o
519 mês de dezembro, estando numa situação pior os serviços prestados. Doutora
520 Lêda, então, finalizou sua fala, colocando que aguarda uma posição e uma
521 solução decisiva do Conselho Estadual, pois ela sabe que o Conselho tem poder
522 para fazer isso. O presidente, neste momento, comentou que, na realidade,
523 quem pode intervir é o Governo do Estado. O que o Conselho pode é solicitar
524 que o Governo do Estado intervenha. Na sequência, passou a fala à conselheira
525 Joana, que iniciou expondo sua opinião no sentido de que se deve fazer e
526 aprovar uma resolução, homologada pela Secretaria de Saúde em caráter de
527 urgência, suspendendo o gerenciamento dos recursos do SUS pela atual gestão
528 ou o que vai entrar até serem legalizados os itens que dão direito ao
529 gerenciamento dos recursos do SUS previstos na Lei oito mil cento e quarenta e
530 dois. De posse dessa resolução, o Conselho Estadual encaminha para o
531 Ministério Público Estadual, Curadoria da Saúde, Ministério Público Federal,
532 Conselho Nacional de Saúde, para o Tribunal de Contas (porque aí é o Conselho
533 cumprindo seu papel). Segundo ela, se as outras instituições de fiscalização
534 externa não vão fazer, o Conselho Estadual fica resguardado. O presidente,
535 neste momento, explicou que mandar essa resolução para todos esses órgãos
536 não adianta – é preciso saber para onde enviá-la. Neste momento, o conselheiro
537 Marcelo retomou a fala e iniciou reiterando que se encaminhe ao Ministério
538 Público Federal. Com todo o respeito à conselheira Joana, eles que venham
539 posteriormente à tomada da decisão. E continuou falando sobre os recursos do
540 SUS, pois, como vem recurso federal, do Ministério da Saúde, então, trata-se do
541 Ministério Público Federal. Ele mencionou as arguições da conselheira Wanda,

542 segundo a qual o Ministério Público tem conhecimento de tudo e não toma
543 posições. Então, para ele, a posição deste Conselho é solicitar a intervenção
544 com muita sabedoria, gerenciada pelo Estado, mas este Conselho solicitando a
545 intervenção pelo Ministério da Saúde através do Ministério Público Federal. Ele
546 expressou o entendimento de que a Câmara não vai resolver o problema de
547 Bayeux porque está em disputa política pela cabeça da prefeitura. Ela não vai
548 votar essa lei que Wanda acabou de mencionar porque os interesses são
549 pessoais. Encerrando sua fala, Marcelo afirmando que este Conselho tem que
550 ter a responsabilidade junto à população de Bayeux, ao trabalhador da saúde de
551 Bayeux, ao usuário do Sistema Único de Saúde de Bayeux. É esse papel e
552 atribuição que este Conselho tem que dar. E ele explicou que, solicitada ao
553 Ministério Público Federal essa intervenção aprovada neste pleno, comunicando
554 ao Ministério da Saúde, o Estado toma o gerenciamento do município de Bayeux,
555 e o Conselho vai ajudar o Estado a pôr ordem na casa no tocante à saúde. Este
556 é o encaminhamento feito pelo conselheiro Marcelo. O presidente passou a fala
557 ao conselheiro Jamacyr, que achou interessante a abordagem de Wanda a
558 respeito do Conselho poder fazer a eleição no Conselho Municipal. Porém, ele
559 colocou que, acontecendo essa intervenção, o Conselho Municipal de Saúde
560 perderá também o seu mérito porque será regido pelo Estado. Ele considerou
561 interessante a proposta de Wanda. Porém, ele analisou que, fazendo essa
562 estruturação a título de hoje, esse problema já existiria. Saindo deste Conselho
563 essa resolução, o Estado tomando conta das contas do município, o Conselho
564 Municipal só poderá ser relocado quando a lei lá for aprovada ou reprovada, e,
565 automaticamente, o Estado entregar novamente ao município de Bayeux. Ele
566 deu um exemplo, mencionando que, se o Conselho Municipal estivesse hoje
567 legalmente constituído, e o Estado pede intervenção, pode o Conselho Municipal
568 estar funcionando e o Estado, intervindo? Não. Ele frisou que este sendo o
569 Estado o interventor, o Conselho Municipal não poderia ter seu mérito porque
570 quem está tomando conta é o Estado. Ele continuou afirmando que, a título de
571 hoje, se o Conselho Estadual reestruturar um conselho, o conselho só poderá
572 ter efetivação do mérito depois que acabar a intervenção do Estado. O
573 presidente retomou a palavra e analisou que, na realidade, o conselho lá só pode
574 ser instituído com a aprovação da lei. O presidente reforçou que quem manda lei
575 para a Câmara é o Executivo – o Conselho Estadual não pode mandar lei para

576 a Câmara. O conselheiro Marcelo retoma a fala, explicando que, no momento
577 em que houver a intervenção, o Conselho Estadual encaminhará a proposta ao
578 Estado, e o Estado, por sua vez, encaminhará à Câmara Municipal, para a
579 votação da lei (momento de concordância por parte do presidente). Enquanto
580 Conselho, será apresentada uma proposta de minuta da lei a ser aprovada em
581 Bayeux. O Conselho encaminha ao gestor estadual (uma vez que a intervenção
582 é estadual), que, por sua vez, remeterá à Câmara, e a Câmara aprovará. Em
583 seguida, o conselheiro Elias mencionou que existe o gigante e o camarada que
584 tem a técnica que derruba o gigante. É preciso ir pelo procedimento que não tem
585 conversa, tem que ter ação. Ele questionou se existe um relatório (ele não
586 conhece) de diagnóstico da situação – segundo ele, a primeira coisa tem que ser
587 essa. A segunda coisa: o que fazer dele? Segundo ele, para se fazer qualquer
588 coisa que valha, a lei que tem o valor de lei precisa partir da resolução, claro.
589 Agora, a resolução vai junto com esse relato, com esse diagnóstico. Mencionou
590 também que o Conselho Estadual precisa de uma parceria com o Ministério
591 Público, pois se trata de recurso federal. Explicou, ainda, que também há o
592 problema de uma gestão municipal, que é o executivo municipal. Retomando,
593 ele repetiu que o Conselho precisa de um diagnóstico e precisa saber para quem
594 ir e como ir – são caminhos e etapas a serem seguidos. Ele se colocou que,
595 particularmente, se recusa a ir a certos municípios, como ocorreu em Pombal,
596 tendo ficado cada um com uma história. E lembrou o que se sofreu lá,
597 mencionando que Joana estava presente, ouvindo as propostas mais
598 esdrúxulas. E, segundo ele, caso não seja efetivado o procedimento correto, o
599 Conselho ficará envergonhado, com a cara no chão. Na sequência, Michelle, de
600 posse da palavra, cumprimentou a todos e informou estar na presente reunião
601 representando o COSEMS. Ela iniciou reforçando a fala da conselheira Wanda
602 no que diz respeito à falta de interesse do gestor em regularizar a situação dos
603 documentos de planejamento no município. Ela colocou que poderia, ali, estar
604 fazendo uma fala em defesa do município, mas, diante do sofrimento daquele
605 povo, ela se colocou no lugar da população porque o COSEMS deu todo o apoio
606 e suporte técnico para aquela equipe técnica realizar e construir O Plano
607 Municipal de Saúde. Michelle relatou ter recebido uma ligação do técnico, umas
608 duas semanas atrás, dizendo que o Plano estava pronto e nas mãos de Edvan.
609 Mas, nesta época, ele ainda estava na Secretaria. Como ele saiu, ela não sabe

610 como será o próximo passo. O mesmo para o Relatório Anual de Gestão. Ela
611 lamentou que o sistema que alimenta as informações esteja fechado e será
612 mudado, de modo que agora não há mais como fazer esse relatório, somente
613 em dois mil e dezenove. Mas o Plano Municipal de Saúde é uma preocupação
614 muito grande, segundo ela porque os recursos já estão sendo executados sem
615 programação nenhuma – ocorrendo o mesmo com a Programação Anual de
616 Saúde que não foi feita nem em dois mil e dezoito, quem dirá dois mil e
617 dezenove. Ela parabenizou a Secretaria Estadual de Saúde por ela já ter trazido
618 a programação do ano seguinte. Ela mencionou ainda a portaria três novecentos
619 e noventa e dois, que define a transferência dos recursos financeiros dos
620 servidores de saúde do SUS. Ele coloca que, para ter essas transferências
621 financeiras regularmente, é necessário haver Conselho Municipal de Saúde e
622 Fundo Municipal de Saúde (com base na lei), e o município que não tiver isso
623 terá os recursos suspensos. O conselheiro Marcelo, neste momento, solicitou do
624 presidente um aparte, para fazer um esclarecimento ao conselheiro Elias, que,
625 segundo ele, tem muita sabedoria, citando, por exemplo, a tese de que não se
626 tome decisão sem antes haver fundamentação. As solicitações de Marcelo, no
627 entanto, para a solicitação da intervenção do município de Bayeux partem do
628 Artigo quarto da Lei Federal, sendo a portaria apenas um complemento que
629 regula. Mas a Lei Federal é, por si só, um documento suficiente para solicitar a
630 intervenção porque não há Conselho de Saúde, não há Plano Municipal de
631 Saúde – segundo ele, esses dois elementos por si só já dão ao Conselho a
632 condição de solicitar a intervenção. Marcelo continuou dizendo que os elementos
633 citados por Elias, relatórios, fundamentação, já se possui. Ele lembrou que
634 Wanda fez parte de uma comissão em que este Conselho tem um documento
635 nomeando uma comissão deste Conselho para contribuir junto ao município de
636 Bayeux. Então, Marcelo concluiu que esses elementos são suficientes para
637 juntadas as resoluções, solicitar ao Ministério Público Federal a comunicação ao
638 Ministério da Saúde dessa intervenção. Ele acrescentou que o Conselho não vai
639 entrar nos detalhes do posterior à tomada de decisão, isso aí vai ser um outro
640 momento – um momento ímpar – no sentido de que os elementos existentes são
641 suficientes, e aí o Conselho não tem que estar conversando com o Ministério
642 Público Estadual ou outros ministérios ou seja lá quem seja no âmbito do Estado
643 da Paraíba, porque a lei é federal, e a solicitação por parte deste Conselho é ao

644 Ministério Público Federal, para que se tomem as providências cabíveis. Ele
645 continuou afirmando que o Conselho Estadual não tem que estar mais como
646 Wanda colocou em tom de desabafo, com argumentações mais do que
647 suficientes, porque a gente tem uma câmara instável no município de Bayeux,
648 há mudanças constantes na cabeça da prefeitura de Bayeux e não se pode ficar
649 assistindo isso, a população está sofrendo. Não se pode ser omissos nem
650 coniventes neste Conselho, pois estão usando recurso público de saúde da forma
651 como querem, sem nenhum critério. O presidente retomou a fala e
652 complementou: não há plano de saúde, e, se não há plano de saúde, não há
653 como desenvolver ação que não foi planejada. Uma colega presente colocou
654 que o que a impressiona é o gestor que vai ter que responder por isso, pois ele
655 é o ordenador de despesa. Tem cinco anos para responder. E ela fez uma
656 pergunta sobre esse documento que o Conselho está discutindo – quis saber,
657 especificamente, o que ele conterá porque, segundo ela, seria interessante que
658 ficasse bem clara a construção desse plano municipal de saúde. O conselheiro
659 retomou a fala para responder a ela, explicando que se está propondo um
660 encaminhamento para que se aprove uma resolução solicitando uma
661 intervenção do Estado no município de Bayeux para gerenciar os recursos
662 federais do SUS (e municipais também) no município de Bayeux. Uma vez
663 acontecendo isso, o Estado vai gerenciar, e aí este Conselho terá necessidade
664 (no entendimento dele) de fazer uma reunião extraordinária no sentido de dois
665 caminhos: a parte do controle social do Conselho Estadual (que é o que Wanda
666 chama de reestruturação do Conselho Municipal) e a outra é a parte da gestão
667 com relação à PAS e Plano Municipal. E aí, continuou Marcelo, esses dois
668 instrumentos que serão construídos pela gestão estadual têm que passar pelo
669 Conselho Estadual também. O presidente retomou a fala e informou que, sendo
670 aprovada a resolução, o Conselho tem que convocar o departamento jurídico
671 junto ao da Secretaria de Saúde, para fazer o documento legalmente porque este
672 conselho não é legalmente fundamentado para poder encaminhar. O presidente
673 passou a ler a audiência ocorrida em Bayeux: “Primeiramente, quanto à
674 tramitação do Projeto de Lei para modificação da Lei Municipal que disciplina o
675 Conselho Municipal de Saúde, o que possibilitará a deflagração do processo
676 eleitoral, foi dito, pela assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Saúde que
677 a Procuradoria Jurídica já encaminhou novo processo de lei para a Câmara com

678 as correções de formalidade necessária. Foi dito que este projeto se encontra no
679 aguardo de análises da Câmara, e, assim que virar lei, será encaminhado o
680 processo. No tocante às prestações de contas, o presidente do Conselho
681 Estadual de Saúde informou que, no ano de dois mil e dezoito, a Secretaria
682 Municipal de Bayeux não apresentou os relatórios quadrimestrais nem o
683 Relatório Anual de Gestão de dois mil e dezessete, que deveriam ter sido
684 encaminhados até março de dois mil e dezoito. Foi dito que Bayeux ainda não
685 tem Plano Municipal de Saúde, o que pode inviabilizar o repasse dos recursos
686 do Governo Federal. Esse plano deve ser elaborado pela Secretaria e aprovado
687 pelo Conselho. A assessoria jurídica informou que a minuta do plano já foi
688 assinada pelo secretário e deverá ser submetida ao Conselho”. O presidente
689 comentou, neste momento, que isso significa que lá está pronto e Edvan já tinha
690 assinado. Quanto à comissão interventora: “Foi esclarecido que não houve
691 qualquer reunião para análise da comissão interventora pela falta de
692 apresentação de contas”. O presidente comentou que não foi apresentado nada.
693 “O presidente do Conselho registrou que será prorrogado o prazo da comissão
694 interventora com as devidas publicações no Diário Oficial”. Doutora Joana
695 comentou que esse é mais um instrumento que legaliza o pleito realizado na
696 presente reunião. O conselheiro Marcelo solicitou que o encaminhamento dele
697 fosse posto em votação, enquanto ainda havia quórum. O presidente procedeu
698 à votação, e o encaminhamento de Marcelo foi aprovado por unanimidade.
699 Quanto ao item de pauta relacionado a assunto administrativo, o presidente
700 afirma que será muito rápido e comunicou que, no mês de janeiro, o Conselho
701 Estadual de Saúde tem um recesso, mas, diante da convocação do governador
702 do Estado para a Conferência Estadual de Saúde em junho de dois mil e
703 dezenove, começando as etapas municipais no dia cinco de janeiro, não poderá
704 haver recesso, de modo que a proposta do presidente é que esse recesso seja
705 suspenso e que o Conselho funcione normalmente no mês de janeiro. O
706 conselheiro Pedro Paulo questionou acerca das vagas municipais, e o presidente
707 respondeu que já foi decidido que a comissão resolveria isso. Pedro Paulo
708 replicou, afirmando que não há comissão e que está muito preocupado com essa
709 conferência. O presidente acreditava que houvesse. Pedro Paulo reafirmou a
710 não existência dela. Diante disso, o presidente decidiu que isso seria criado
711 então e que fora aprovada a quantidade de conselheiros, porque, inclusive, o

712 Conselho vai ter que, em janeiro, para complementar essa comissão, deverá
713 haver o pessoal da Secretaria. Ele repetiu que isso terá que ser feito em janeiro
714 porque será um novo governo, é nova secretaria, são novas pessoas, e o
715 Conselho vai ter que compor a própria comissão com o pessoal da Secretaria
716 também porque a conferência é comandada pelo Conselho, mas quem faz os
717 recursos, a logística, a mobilização é a Secretaria de Saúde. Pedro Paulo
718 colocou que os nomes já poderiam ser escolhidos, por exemplo, relatoria,
719 coordenação, a presidência, que é o doutor Antônio Eduardo. O presidente
720 informou, diante dessa fala, que, na primeira terça-feira de janeiro, tudo isso será
721 feito, numa reunião ordinária. Joana informou da realização de uma reunião na
722 presente semana e, já no dia dezessete, isso será consolidado. Segundo ela,
723 num esforço junto ao presidente do Conselho, conseguiu-se revitalizar a CIST
724 da Paraíba. Segundo ela, fazia tempo que o Conselho estava sem essa
725 comissão intersectorial, da qual só participavam as gerências, e os sindicatos não
726 participavam. Já há dezessete instituições formando essa comissão. Segundo a
727 conselheira, vai ser muito importante porque será feito um relatório de saúde do
728 trabalhador para a conferência que se aproxima. O conselheiro Marcelo retomou
729 a fala e, ainda sobre os assuntos administrativos, ele considerou importante que
730 este Conselho solicitasse, por mais que, no ano que vem, seja um novo governo,
731 mas um governo de continuidade, quando o governador João Azevedo anunciou
732 parte de sua equipe de governo, e, nesse anúncio, ele faz a manutenção da
733 secretária de estado da saúde em permanência, apenas subdividindo a
734 secretaria executiva. Ele continuou pedindo que o presidente solicite uma
735 reunião com a secretária Cláudia Veras, para que não apenas doutor Eduardo,
736 mas que todos os conselheiros o acompanhem para mostrar pontos
737 extremamente importantes, mostrando a ela a parceria deste Conselho junto à
738 Secretaria de Estado da Saúde, mostrando os pontos que poderiam ser
739 melhorados, de modo que alguns pontos sejam pautados junto a ela, fazendo
740 com que este Conselho, em dois mil e dezenove, possa vir a melhorar sua
741 eficiência e eficácia. Segundo Marcelo, é inadmissível que se tenha o
742 duodécimo, e esse duodécimo não esteja sendo cumprido por parte da
743 Secretaria de Saúde. É inadmissível que o Conselho Estadual não tenha
744 recebido uma passagem aérea para a participação de algum conselheiro num
745 determinado evento. O presidente retomou a fala e disse a Marcelo que concorda

746 com ele em gênero, número e grau, mas expressou sua opinião no sentido de
747 que, estrategicamente, seria melhor isso em fevereiro ao governador porque o
748 governador leva a secretária de saúde, e todos os problemas mencionados por
749 Marcelo o presidente afirma que seriam discutidos com a secretária e o
750 governador. Marcelo afirmou que não há problema nisso, mas ponderou que o
751 presidente não deixe isso para fevereiro, solicitando isso já na presente reunião,
752 mediante um ofício. Marcelo comentou acerca de muitos aspectos que deixam a
753 desejar, como a ausência da secretária de saúde nas reuniões deste conselho,
754 o valor insuficiente de que se dispõe para mais de duzentos municípios e vários
755 outros aspectos. Neste momento, o presidente informou que quem recebe o e-
756 mail é Maura, ou seja, a secretária de saúde não o recebe. E Marcelo reforçou
757 seu pedido, para que o pleno aprove, para que este Conselho se reúna e coloque
758 seus pontos de pauta numa audiência com o governador eleito, à sua equipe de
759 transição. Ele mencionou, ainda, que dois mil e dezenove será um ano
760 desafiador porque será um ano de desconstrução da política de saúde e lembrou
761 também o subfinanciamento, pois Bolsonaro disse que não vai injetar dinheiro
762 novo. Lembrou também a rede de hospitais na Paraíba sem o devido
763 credenciamento, temas que muito preocupam. O presidente complementou,
764 dizendo que a gravidade na LOA foi aumentada em trinta milhões passados para
765 esse ano e disse, ainda, que, dentre outros aspectos de aumento de custo, tem
766 o Hospital Metropolitano e o Hospital do Câncer de Patos que foram
767 inaugurados, mas sem credenciamento. Quem vai bancar é o Estado com esse
768 financiamento. O conselheiro Marcelo retomou o pedido do encaminhamento
769 feito quanto à solicitação de audiência junto ao governador e para que o
770 Conselho coloque essas demandas. O segundo encaminhamento é a questão
771 das conferências. Ele informou não saber se o regimento da Conferência
772 Estadual foi aprovado *ad referendum*, não sabendo se foi finalizado. O
773 presidente respondeu que o regimento foi finalizado e aprovado. Neste
774 momento, Marcelo retomou a questão e esclareceu que os conselhos municipais
775 já estão podendo fazer as suas convocatórias às conferências municipais a partir
776 do decreto do Conselho Estadual. O regimento deles é baseado no do Conselho
777 Estadual, como explicou o presidente. O regulamento, segundo Marcelo, foi
778 aprovado aqui neste Conselho, na reunião na qual foi colocada a aprovação do
779 regimento, que o Conselho manteria a mesma condição do regulamento da

780 conferência passada, que era disponibilizar na Internet, para que eles viessem a
781 sugerir e aí, lá na conferência, haver dispensação da leitura. Mas a preocupação
782 de Marcelo é publicar o regimento. O presidente afirmou que isso será feito na
783 próxima reunião. Pedro Paulo, neste momento, mencionou uma questão acerca
784 de uma limitação de áreas na conferência para funcionário público estadual, e
785 não para conselheiro. Ele afirmou que isso tem que ser revisto, pois não se faz
786 controle social com cinco diárias. E o presidente informou que isso será discutido
787 na reunião com o governador. Marcelo pediu, ainda, para ratificar que se
788 pudesse retomar o que foi aprovado em resolução no sentido de garantir as
789 vagas dos conselhos estaduais junto à conferência nacional. E ele sugere que
790 essa demanda seja levada ao presidente eleito. O presidente Antônio Eduardo
791 afirmou que essa demanda é fácil porque é só entrar nos convidados. Joana fez
792 considerações acerca de pessoas que aparecem nas conferências, no entanto,
793 não representam nenhuma entidade. Esta foi outra questão que o presidente
794 informou que será discutida na próxima reunião. E nada mais havendo a tratar,
795 o presidente deu por encerrada a sessão, que, depois de lida e aprovada, será
796 assinada por mim, Anísio Henriques de Araújo Filho, que transcrevi a presente
797 ATA, e pelos demais presentes.

798

799

João Pessoa (PB), 02 de junho de 2020.

800

801 Antônio Eduardo Cunha – Presidente _____

802 Anísio Henriques de Araújo Filho (Sec. *Ad hoc*) _____

803 Adris Henrique de Oliveira Bezerra _____

804 Edson Cruz da Silva Filho _____

805 Elias Marques Ferreira _____

806 Erica Simone Barbosa Dantas _____

807 Francisco Carlos Bezerra _____

808 Hercules Soares Santos _____

809 Jamacyr Mendes Justino _____

810 Joana Batista Oliveira Lopes _____

811 Lêda Maria Santos de Assis _____

812 Marcelo Melo Rodrigues _____

813 Marco Antônio Cordeiro _____

- 814 Pedro Paulo A. Peixoto_____
- 815 Rosa Rita Conceição Marques_____
- 816 Severino Ramos da Cruz_____
- 817 Wanda Celi Cavalcanti_____
- 818 Wanessa Karla Cavalcante Santos_____